Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.313.766/0001-09

Relatório da Administração

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos, para apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (Caruana), relativos ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. **1. Resultados:** No exercício de 2014, a Caruana apresentou lucro líquido no montante de R$6.451 mil (Lucro de R$1.256 mil, em 31 dezembro de 2013). O resultado positivo alcançado pela Sociedade – crescimento de lucratividade de 414% de um exercício para o outro foi impactado principalmente pelo aumento de receitas e tarifas provenientes do crescimento de sua carteira de crédito, além do rígido controle de custos administrativos. **2. Destaque:** A carteira total de operações de crédito apresentava, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R$331.894 mil, representando um crescimento de 109% (cento e nove por cento) sobre o saldo em 31 de dezembro de 2013 (R$158.898 mil). O volume da carteira de crédito reflete o aumento de operações, em especial as operações de CDC – Crédito Direto ao Consumidor e Capital de Giro, com garantias reais. **3. Eventos subseqüentes:** Em 29 de janeiro e 23 de fevereiro de 2015 foram realizadas assembléias gerais da Caruana, elevando o capital da financeira em R$9.450 Mil, em espécie, atualmente em fase de aprovação pelo Banco Central do Brasil, capitalizando os montantes de R$4.450 Mil e R$5.000 Mil, respectivamente, integralizados pelo acionista majoritário Caruana S.A. Empreendimentos e Participações. Referidos aumentos de capital trouxeram conforto adicional à margem operacional da Instituição, suporte ao futuro crescimento de suas operações, além do perfeito enquadramento dentro dos limites exigíveis do Programa Basiléia III. Os aumentos de capital tiveram recursos originários da emissão de debêntures promovidas pela Caruana S.A. Empreendimentos e Participações. Os detalhamentos sobre emissão das debêntures, aqui citadas, estão explicitados nas Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Empreendimentos e Participações, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, publicados neste mesmo jornal e em na página da internet da Companhia, na rede mundial de computadores.

São Paulo, 18 de março de 2015. *A Administração*

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante		220.210	99.657
Disponibilidades	4	848	234
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.046	1.192
Títulos e valores mobiliários	6	15.700	10.558
Carteira própria		15.700	10.558
Operações de crédito	7	192.406	81.705
Setor privado – empréstimos		115.089	43.461
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(1.822)	(4.305)
Setor privado – financiamentos		81.102	44.339
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(1.963)	(1.790)
Outros créditos	9	7.244	5.851
Diversos		7.244	5.851
Outros valores e bens	8	1.966	117
BNDU		647	–
Despesas antecipadas		1.319	117
Realizável a longo prazo		138.839	74.429
Operações de crédito	7	133.754	70.292
Setor privado – empréstimos		47.840	29.963
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(670)	(333)
Setor privado – financiamentos		87.395	40.991
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(811)	(329)
Outros créditos	9	4.129	4.078
Diversos		4.129	4.078
Outros valores e bens		956	59
Despesas antecipadas		956	59
Permanente		1.038	1.272
Investimentos		270	270
Outros investimentos		270	270
Imobilizado de uso		697	798
Outras imobilizações de uso		1.499	1.393
(-) Depreciações acumuladas		(802)	(595)
Diferido		11	75
Gastos de organização e expansão		361	361
(-) Amortização acumulada		(350)	(286)
Intangível		60	129
Outros ativos intangíveis		443	443
(-) Amortização acumulada		(383)	(314)
Total do ativo		360.087	175.358

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		102.453	30.058
Depósitos	10	61.497	7.551
Depósitos a prazo		61.497	7.551
Recursos de aceites cambiais	10	19.282	9.091
Letras de câmbio		19.282	9.091
Outras obrigações		21.674	13.416
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		133	79
Fiscais e previdenciárias	11a	2.143	640
Diversas	11b	19.398	12.697
Exigível a longo prazo		206.555	100.159
Depósitos		81.946	99.753
Depósitos a prazo	10	81.946	99.753
Recursos de aceites cambiais		123.449	17
Letras de câmbio	10	123.449	17
Outras obrigações		1.160	389
Diversas	11b	1.160	389
Patrimônio líquido	18	51.079	45.141
Capital			
Domiciliados no país		40.864	38.035
Aumento de capital		1.737	2.829
Reservas de lucros		8.478	4.277
Total do passivo e patrimônio líquido		360.087	175.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º semestre 2014	Exercício 2014	Exercício 2013
Receitas de intermediação financeira		31.046	51.396	32.507
Operações de crédito	7h	30.185	49.776	30.923
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	209	266	113
Resultado de títulos e valores mobiliários	6	652	1.354	1.471
Despesas de intermediação financeira		(17.225)	(26.212)	(15.326)
Operações de captação no mercado		(14.839)	(22.854)	(9.931)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7a	(2.386)	(3.358)	(5.395)
Resultado bruto da intermediação financeira		13.821	25.184	17.181
Outras receitas/(despesas) operacionais		(8.413)	(14.615)	(16.347)
Receitas de prestação de serviços	14	4.585	8.191	5.814
Despesas de pessoal		(1.901)	(3.607)	(4.221)
Outras despesas administrativas	16	(9.596)	(17.368)	(16.533)
Despesas tributárias		(1.128)	(1.984)	(1.510)
Outras despesas operacionais		(511)	(726)	(377)
Outras receitas operacionais		138	879	480
Resultado operacional		5.408	10.569	834
Resultado não operacional		(745)	(733)	–
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		4.663	9.836	834
IRPJ e contribuição social	12	(1.220)	(3.385)	422
Provisão para imposto de renda		(526)	(2.113)	(332)
Provisão para contribuição social		(331)	(1.298)	(229)
Ativo fiscal diferido		(363)	26	983
Lucro líquido do semestre/exercício		3.443	6.451	1.256
Lucro líquido por lote de mil ações – R$		0,1157	0,2168	0,0437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Aumento Capital	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2012	38.035	–	400	6.987	–	45.422
Aumento de capital	–	2.829	–	–	–	2.829
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.256	1.256
Destinações:						
Reserva legal	–	–	63	–	(63)	–
Pagamento de dividendos	–	–	–	(2.096)	–	(2.096)
Juros sobre capital	–	–	–	(2.270)	–	(2.270)
Reserva especial de lucros	–	–	–	1.193	(1.193)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2013	38.035	2.829	463	3.814	–	45.141
Aumento de capital	2.829	(2.829)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	6.451	6.451
Destinações:						
Reserva legal	–	–	323	–	(323)	–
Aumento de Capital	–	1.737	–	(1.737)	–	–
Juros sobre capital	–	–	–	(513)	–	(513)
Reserva especial de lucros	–	–	–	6.128	(6.128)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014	40.864	1.737	786	7.692	–	51.079
Saldos em 30 de junho 2014	40.864	–	613	3.814	2.858	48.149
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	3.443	3.443
Destinações:						
Reserva legal	–	–	173	–	(173)	–
Aumento de capital	–	1.737	–	(1.737)	–	–
Juros sobre capital	–	–	–	(513)	–	(513)
Reserva especial de lucros	–	–	–	6.128	(6.128)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014	40.864	1.737	786	7.692	–	51.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2º semestre 2014	Exercício 2014	Exercício 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do semestre/exercícios		6.794	10.648	6.177
Lucro líquido do semestre/exercícios		3.443	6.451	1.256
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		3.351	4.197	4.921
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	2.386	3.358	5.395
Depreciações e amortizações	16	169	345	348
Impostos diferidos	12b	363	(26)	(983)
Provisões para contingências		433	532	161
Lucro na venda do imobilizado		–	(12)	–
Variação de ativos e passivos		(5.799)	(16.723)	(7.160)
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.162)	(855)	1.048
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(10.401)	(12.441)	3.397
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(125.567)	(177.520)	(26.076)
(Aumento)/Redução em outros créditos		2.096	(1.420)	195
(Aumento) em outros valores e bens		(780)	(2.747)	94
(Redução)/Aumento em outras obrigações		5.231	8.497	(686)
Aumento em depósitos a prazo		2.983	36.139	13.375
(Redução)/Aumento em recursos de aceites cambiais		121.801	133.624	1.493
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		995	(6.075)	(983)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado de uso		(145)	(96)	(157)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(145)	(96)	(157)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		1.737	1.737	2.829
Dividendos Pagos		–	–	(665)
Juros sobre capital próprio pagos		(2.250)	(2.250)	(2.270)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(513)	(513)	(106)
Aumento/Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa		337	(6.684)	(1.246)
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercicio		695	7.716	8.962
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercicio		1.032	1.032	7.716
		337	(6.684)	(1.246)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2014 e 2013 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade") autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008, por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008. Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo Bacen estão sendo observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento ao setor de transportes, especialmente o crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios. No dia 9 de fevereiro de 2012 foi publicada no Diário Oficial da União, Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nº 3.778 de 1º de fevereiro de 2012, habilitando a Caruana em âmbito nacional e sem caráter de exclusividade, como Administradora de Meio de Pagamento Eletrônico de Frete, também aprovando o respectivo Meio de Pagamento Eletrônico. No exercício de 2014, as atividades da Caruana foram pautadas: a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (financiamento ao setor de transporte coletivo e sua cadeia produtiva); b) continuidade em sua atuação como Administradora de Meio de Pagamento Eletrônico de Frete; e c) investimentos na implantação de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão de crédito consignado).

2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata dia* para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pós-fixadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como "*hedge accounting*" são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período. Em 31 de dezembro 2014 e 2013, a Sociedade não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **e) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7.e. **f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente e não foi identificado em 31 de dezembro de 2014 evidências de perda pelo valor recuperável dos ativos da companhia. **g) Imobilizado, diferido e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados, veículos e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, com amortizações anuais de 20%, constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 3.617/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e serão mantidas até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **h) Depósitos e letras cambiais:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata dia*. **i) Imposto de renda e**

continua …

ps publicidade
(11) 3111-0000

contribuição social : As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. Conforme a lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), promoveu alterações no IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, com vigência para 1/1/2015, permitindo ao contribuinte adesão às novas regras já em 2014, de forma irretratável. A Lei dentre outros assuntos, tratou especialmente: (i) em harmonizar a legislação tributária com os critérios e procedimentos contábeis introduzidos pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, (ii) a extinção do Regime Tributário de Transição – RTT, (iii) novas regras de tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil com relação aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas, (iv) alterações na forma de utilização do ágio. O Conglomerado não espera impactos relevantes com a adoção da nova norma. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais – fiscais e previdenciárias* – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Lucro por ação:** O lucro líquido por lote de mil ações em 2014 foi de R$0,2168 (R$0,0437 em 2013).

4. Caixa e equivalentes de caixa – Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2014	2013
Disponibilidades	848	234
Cotas de Fundos de Investimento – DI (Nota 6)	184	7.482
Total	1.032	7.716

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Vencimento até 360 dias	2014	2013
Revenda a Liquidar-Posição Bancada (LTN)	1.001	–
CDI – Banco Bradesco	1.045	1.192
Total	2.046	1.192

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R$266 no ano e R$209 no semestre (R$113 em 2013).

6. Títulos e valores mobiliários

		2014		2013	
	Vencimento	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos para negociação					
Cotas de Fundos de Investimento Carteira livre	sem vencimento	184	184	7.482	7.482
Títulos Públicos – LFT	2020	5.406	5.400	–	–
Títulos Públicos – LTN	2015	10.118	10.116	3.000	3.000
Total		15.708	15.700	10.482	10.482

As cotas dos fundos de investimentos são atualizadas, mensalmente, pelo valor da cota divulgada pelo Administrador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R$1.354 no ano e R$652 no semestre (R$1.471 em 2013).

7. Operações de crédito – a) Composição das operações de crédito

Operações de crédito	2014	2013
Desconto	5.843	429
Consignado	73	607
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	168.497	85.329
Cartão de crédito	465	430
Capital de giro	156.548	71.959
	331.426	158.754
Outros Créditos	468	144
Títulos e créditos a receber (Nota 9)	468	144
Total das operações de crédito	331.894	158.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.266)	(6.757)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(7)	(1)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.273)	(6.758)
Total de operações de crédito	326.621	152.140

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2014	2013
Indústria	4.467	4.089
Comércio	15.792	10.437
Pessoas físicas	19.598	2.302
Serviços	292.037	142.070
Total	331.894	158.898

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Vencidos	2014	2013
Até 30 dias	18.359	12.202
31 a 60 dias	23.920	1.397
61 a 90 dias	6.329	6.21
Acima de 90 dias	2.228	7.655
Total	50.836	21.875
A vencer		
Até 3 meses	64.166	24.249
3 a 12 meses	81.657	41.822
1 a 3 anos	115.881	63.650
3 a 5 anos	19.349	7.302
5 a 15 anos	5	–
Total	331.894	158.898

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2014		
	Valor	% sobre Carteira	% sobre PL
10 maiores	91.468	27,56	179,07
50 maiores	147.770	44,52	289,29
100 maiores	68.797	20,73	134,68
Demais emitentes/clientes	23.859	7,19	46,71
Total	331.894	100,00	649,75

	2013		
	Valor	% sobre Carteira	% sobre PL
10 maiores	63.321	39,85	140,27
50 maiores	82.640	52,01	183,07
100 maiores	11.968	7,53	26,51
Demais emitentes/clientes	969	0,61	2,15
Total	158.898	100,00	352,00

e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN

		2014			
Níveis	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Valor total	Provisão
A	0,50	185.032	–	185.032	(925)
B	1,00	81.156	18.359	99.515	(995)
C	3,00	10.537	23.920	34.457	(1.034)
D	10,00	2.682	6.329	9.011	(901)
E	30,00	1.634	1.638	3.272	(982)
F	50,00	–	166	166	(83)
G	70,00	–	291	291	(203)
H	100,00	17	133	150	(150)
Total		281.058	50.836	331.894	(5.273)

		2013			
Níveis	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Valor total	Provisão
A	0,50	90.099	75	90.174	(451)
B	1,00	37.085	12.127	49.212	(492)
C	3,00	8.342	1.397	9.739	(292)
D	10,00	1.437	621	2.058	(206)
E	30,00	–	2.688	2.688	(806)
F	50,00	60	968	1.028	(514)
G	70,00	–	10	10	(8)
H	100,00	–	3.989	3.989	(3.989)
Total		137.023	21.875	158.898	(6.758)

f) A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação no exercício

	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Saldo inicial	3.756	6.758	5.649
Constituição	2.933	4.231	7.116
Reversão	(547)	(873)	(1.721)
Baixas de créditos contra prejuízo	(869)	(4.843)	(4.286)
Saldo final	5.273	5.273	6.758

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. No exercício de 2014 o valor total de contratos renegociados foi de R$53.705 (R$19.286 em 2013). O valor total de créditos recuperados no exercício de 2014 foi de R$709 (R$340 em 2013). **g) Operações com cartões de crédito:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estavam assim representadas:

Ativo	2014	2013
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	468	144
Total	468	144
Passivo		
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão (Nota 10.b)	(133)	(562)
Total	(133)	(562)
Saldo líquido	(335)	(418)

h) Resultado das operações de crédito	2014	2013
Rendas de empréstimos	20.402	16.447
Rendas de títulos descontados	1.095	456
Rendas de financiamentos	28.279	14.020
Total	49.776	30.923

i) Cessão de créditos: Conforme as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional, a Sociedade não efetuou cessão de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. No exercício de 2013 houve cessão de créditos, sem coobrigações, oriundas de suas operações de empréstimos e financiamentos: a) pelo montante de R$90, para a CAFAC Sociedade de Fomento Comercial Ltda, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R$300 havendo provisão constituída no montante de R$300: b) pelo montante de R$310, para a São Jorge Gestão Empresarial Ltda, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R$310 havendo provisão constituída no montante de R$310.

8. Outros valores e bens – Referem-se, principalmente por comissões a Agente Fiduciário no montante de R$2.275 e por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviço decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

9. Outros créditos – diversos	2014	2013
Créditos tributários (Nota 13 b)	4.104	4.078
Impostos e contribuições a compensar	–	895
Pagamentos a ressarcir	128	133
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7.a e 7.g)	468	144
Devedores diversos – país (ii)	6.396	4.511
Devedores diversos – outros	116	169
Devedores para depósito em garantia	168	–
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7.a)	(7)	(1)
Total	11.373	9.929
Curto prazo	7.244	5.851
Longo prazo	4.129	4.078

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar. (ii) Referem-se substancialmente às operações de cartão pré pago no montante de R$4.256 (R$3.268 em 2013).

10. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	2014		2013	
	Depósito a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósito a prazo (*)	Letras de câmbio (**)
Até 3 meses	9.471	14.836	2.483	7.448
De 3 a 12 meses	52.026	4.446	5.068	1.643
Acima de 1 ano	81.946	123.449	99.753	17
Total	143.443	142.732	107.304	9.108

(*) O montante de R$39.007 (R$28.490 em 2013) refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 101 % do DI (Depósito Interfinanceiro) e o montante de R$104.436 (R$78.814 em 2013) refere-se à captação com garantia especial do FGC (DPGE), com taxa média de 115% do DI (Depósito Interfinanceiro); (**) O montante de R$142.732 (R$9.108 em 2013) refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 129% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

11. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias	2014	2013
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	1.481	–
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	55	41
Impostos e contribuições sobre salários	115	112
Outros	492	487
	2.143	640

b) Diversas	2014	2013
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	7.777	5.787
Provisão para passivos contingentes (Nota 12)	745	213
Parcelado Lojista – a Postar	110	–
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão (Nota 7.g)	133	562
Saldos de cartões pré-pago	9.748	6.213
Credores diversos – país	2.045	311
	20.558	13.086
Curto prazo	19.398	12.697
Longo prazo	1.160	389

(i) Refere-se substancialmente a valores a pagar a Mastercard pelas operações com cartão de débito pré-pago, no montante de R$7.058.

12. Contingências ativas, passivas e obrigações legais – **a) Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** b.1) *Provisões trabalhistas:* São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e é acrescido de encargos. b.2) *Provisões cíveis:* São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de consignado e cartões, sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos. As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão abaixo apresentadas:

	Provisão para Contingências			
	2014			
	Trabalhistas	Cíveis	Total	2013
Saldo no início do exercício	56	157	213	53
Constituições	629	–	629	213
Realizações/reversões	(56)	(41)	(97)	(53)
Saldo no final do exercício	629	116	745	213

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2014, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 26 processos de natureza cível e trabalhista que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes, R$1.296 e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos: • Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos; • Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras. **d) Órgãos reguladores:** Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Sociedade.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Resultado antes da tributação sobre o lucro e JSCP	4.664	9.836	834
Juros sobre o capital próprio	(2.250)	(2.250)	(2.270)
Resultado antes do IRPJ e após o JSCP	2.414	7.586	(1.436)
Encargo total do IRPJ e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% respectivamente	966	3.034	(574)
Despesas Indedutíveis Liquidas de Receitas não Tributáveis	101	184	1.040
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias para as quais não foram constituídos Créditos tributários	153	193	95
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.220	3.411	561
Ativo Fiscal Diferido	(363)	26	–

b) Créditos tributários: Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados:

Descrição	Saldo 31/12/2013	Constituições	Realizações	Saldo 31/12/2014
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.078	1.512	(1.746)	3.844
Bens não de uso	–	300	(40)	260
Total	4.078	1.812	(1.786)	4.104

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	Diferenças temporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social
2015	219	132
2016	109	66
2017	892	536
2018	504	303
2019	839	504
Total	2.565	1.539

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário referente ao Imposto de renda é R$1.732 e da Contribuição social é R$1.041.

14. Receitas de prestação de serviços	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Tarifas sobre operações de crédito	1.553	3.711	1.046
Tarifas sobre cartão	2.019	2.265	2.725
Receitas sobre cartão frete	1.013	2.215	2.043
Total	4.585	8.191	5.814

15. Outras receitas operacionais	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	93	710	341
Recuperação de encargos e despesas	–	–	1
Reversão de provisões operacionais	45	149	137
Outras rendas operacionais	–	20	1
Total	138	879	480

16. Outras despesas administrativas	2º semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Despesas de serviços de terceiros	(2.648)	(4.892)	(4.845)
Despesas de processamento de dados	(1.812)	(3.446)	(3.231)
Despesas do serviço financeiro	(1.752)	(3.216)	(3.138)
Outras despesas administrativas	(1.100)	(1.917)	(1.596)
Despesas com serviços técnicos especializados	(1.456)	(2.025)	(1.658)
Despesas de Viagens no País	(283)	(476)	(551)
Despesas de comunicação	(365)	(956)	(1.060)
Despesas com depreciação e amortização	(169)	(345)	(336)
Despesas de publicações	(10)	(93)	(116)
Despesas de propaganda e publicidade	(1)	(2)	(2)
Total	(9.596)	(17.368)	(16.533)

17. Transações com partes relacionadas – **a) Transações com partes relacionadas**

		2014		2013	
Descrição	**Parte Relacionada**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Letra de câmbio	Caruana S/A Participações e Empreendimentos	(30)	1	(90)	–
Total		(30)	1	(90)	–

b) Remuneração da Administração: Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R$580 (2013 – R$558). A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale-alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-empregos, rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

18. Patrimônio líquido – **a) Capital social:** O capital social é representado por 29.764.131 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2014, foi aprovado o aumento de capital de R$1.737 oriundos de reserva estatutária, sendo o novo capital social de R$42.601, representado por 29.764.131 ações ordinárias nominativas, homologado pelo Banco Central do Brasil – Bacen em 18 de fevereiro de 2015. **b) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi constituída R$323 a título de reserva legal. **c) Dividendos:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No semestre findo em 30 de junho de 2013 foi provisionado o valor de distribuição de dividendos de R$2.096. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve distribuição de dividendos. **d) Remuneração do capital próprio:** Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2014 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$513, calculado com base na taxa de juros TJLP.

continua …

19. Limites operacionais – A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

	31/12/2014		
Limites operacionais	**Exigência (limite)**	**Situação**	**Margem**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	41.752	51.069	9.317
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	20.876	51.069	30.193
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA – Resolução nº 4.193/13	17.080	51.069	33.989
Índice de imobilização – Resolução nº 2.283/96 (*)	25.535	1.032	24.503
PL realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	51.080	44.080
Capital realizado mínimo – Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	42.602	35.602

(*) E alterações complementares.

20. Eventos Subsequentes – Em 29 de janeiro e 23 de fevereiro de 2015 foram realizadas assembléias gerais da Caruana, elevando o capital da financeira em R$9.450 Mil, em espécie, atualmente em fase de aprovação pelo Banco Central do Brasil, capitalizando os montantes de R$4.450 Mil e R$5.000 Mil, respectivamente, integralizados pelo acionista majoritário Caruana S.A. Empreendimentos e Participações. Referidos aumentos de capital trouxeram conforto adicional à margem operacional da Instituição, suporte ao futuro crescimento de suas operações, além do perfeito enquadramento dentro dos limites exigíveis do Programa Basiléia III. Os aumentos de capital tiveram recursos originários da emissão de debêntures promovidas pela Caruana S.A. Empreendimentos e Participações. Os detalhamentos sobre emissão das debêntures, aqui citadas, estão explicitados nas Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Empreendimentos e Participações, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, publicados neste mesmo jornal e em na página da internet da Companhia, na rede mundial de computadores.

Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria – **a) Governança:** A Administração da Caruana entende que decisões colegiadas são fundamentais. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração, Gestores Seniores e Consultores Externos. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal aculturamento, natural, leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa. **b) Controles Internos:** A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigatoriedades legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro. **c) Gerenciamento de Riscos:** No gerenciamento dos riscos de mercado, de liquidez, operacional, de crédito e na gestão de capital, estamos acompanhando e monitorando com a freqüência necessária à segurança das operações e informações de crédito. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Caruana é composta pelo: Gestor de Riscos; Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos; Comitê de Riscos; e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento do processo e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzido pela Caruana, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores. **d) Ouvidoria:** Atenta aos direitos do consumidor, a Caruana mantêm a Ouvidoria como canal de comunicação para registrar as manifestações dos clientes, buscando soluções tempestivas, mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet).

A Administração

Yitiro Nishikawa – Contador CRC 1SP 111.488/O-6

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionista da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento – São Paulo-SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Outros Assuntos:** *Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.* As informações e valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram o relatório datada em 26 de março de 2014, sem ressalvas.

São Paulo, 18 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita – Contador
CRC nº 1 SP 201.506/O-5

Deloitte.